

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Educação, Sr. Renato Janine Ribeiro, as seguintes informações:

1. Evolução do número de bolsistas, discriminados por modalidade (coordenador institucional, coordenador de área, supervisor e estudante de licenciatura) do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), de 2010 a 2015, por ano;
2. Metas anuais de incorporação de novos bolsistas no Pibid, até 2018, conforme o planejamento do Ministério da Educação;
3. Montante de recursos destinados ao Pibid no exercício de 2014 e no exercício de 2015, por exercício, com as respectivas fontes orçamentárias;
4. Montante de recursos do Pibid contingenciados no exercício de 2014 e no exercício de 2015, por exercício.

JUSTIFICAÇÃO

Embora adote o lema de “Pátria Educadora”, o Governo Federal impôs cortes orçamentários da ordem de R\$ 9 bilhões ao Ministério da Educação (MEC). Há muito pouca transparência sobre os efeitos que esses cortes terão, quais serão os programas afetados e em que medida eles terão que ser reprogramados ou até descontinuados.

O Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) é um dos raros programas em que há quase uma unanimidade de opiniões positivas, e pode ser afetado por cortes. Instituído pelo Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010, e regulamentado pela Portaria nº 96, de 18 de julho de 2013, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Pibid propicia uma inédita aproximação entre as instituições formadoras de professores e as escolas de educação básica, de maneira sistematizada, construindo pontes entre a formação inicial docente e o lócus da prática profissional dos futuros professores.

Trata-se de um programa exitoso, que, em 2014, atingiu cerca de 90 mil bolsistas, cinco mil escolas e 284 instituições de ensino superior. Seu sucesso foi documentado em um consistente estudo avaliativo, conduzido por pesquisadores da Fundação Carlos Chagas, que ressaltou, entre suas conclusões, a importância de que o Pibid se amplie e possa chegar a todos os alunos de licenciatura, transformando-se em política pública de Estado.

Diante da falta de informações oficiais, abundam especulações e denúncias na imprensa. As notícias são desencontradas. Professores, alunos e especialistas – até mesmo servidores do MEC – denunciam cortes que podem chegar a 90% do programa. A Capes, por outro lado, afirma que o Pibid não será reduzido, embora não diga onde fará os cortes que o decreto de contingenciamento impõe.

Frente a esse quadro, é fundamental obter informações precisas sobre a evolução do programa e o planejamento para os próximos anos, bem como sobre os efeitos nefastos do ajuste fiscal em sua execução e continuidade.



O Congresso Nacional deve agir para assegurar que o discurso em favor da Pátria Educadora deixe de ser apenas retórico e que as boas iniciativas em curso, fundamentais para a melhoria da formação docente, sejam mantidas e ampliadas.

Sala das Sessões,

Senadora SIMONE TEBET



SF/15040.02950-94